José Manuel Ferraz

# O desenvolvimento socieconómico durante a Primeira República (1910-26)

## INTRODUÇÃO

O objectivo deste ensaio sobre o desenvolvimento económico-social durante a Primeira República Portuguesa (também chamada República Democrática), de 1910-26, é um aspecto da sociedade portuguesa de então, as mudanças observadas e como elas se realizaram.

Os principais temas que pretendo estudar são:

A situação demográfica.
A emigração e as suas causas.
As reformas «necessárias».
A produção, sua evolução e problemas.
As mudanças da superstrutura. Esperanças e resultados.
O desenvolvimento do movimento dos trabalhadores.
A questão colonial.
O erro da democracia e as suas causas.

Devido a escassez de dados, este ensaio é relativamente incompleto. Além de outros, senti a falta de números sobre o nível produtivo e de indicação do papel que desempenharam as diferentes classes sociais no sistema económico. Em qualquer caso, todos os números apresentados foram tirados das fontes indicadas na bibliografia (à excepção das indicadas em notas).

Apesar destas limitações, espero que este trabalho possa ser a base para um estudo continuado, sistemático e profundo, logo que obtenha melhores dados e documentos.

Escolhi os dados estatísticos que achei mais seguros e os que pudessem dar uma melhor imagem da situação. Fiz o possível por os comparar com documentos, notícias, programas políticos, discursos, bem como com o conhecimento que tenho da actual sociedade portuguesa.

Agradeço ao Prof. Sven Nordengren, do Instituto de História Económica de Lund, o auxílio na rápida obtenção dos dados estatísticos portugueses do Arquivo Central de Estocolmo.

## 1. Situação antes do 5 de Outubro de 1910

A revolução burguesa de 1824 não teve o mesmo significado em Portugal que em outros países europeus, nos quais foi o resultado de crescimento económico. Portugal era um país arruinado, basicamente dependente da Inglaterra e com uma indústria incipiente. No fim do século XIX e nos princípios do século XX aumentou a crise financeira na sequência do aumento de débitos externos. A incapacidade industrial não possibilitou progresso económico significante, ao mesmo tempo que uma concentração capitalista se verificou em Lisboa e no Porto.

A criação do Banco de Lisboa, nos últimos anos do século, e mais algumas medidas proteccionistas em relação à indústria não foram significantes para modificar o carácter rural da economia portuguesa. As casas feudais e as ordens religiosas foram um obstáculo, pois dominavam o sector agrícola e impediam a comercialização dos produtos agrícolas e a revolução técnica dos métodos de produção, assim como a introdução de nova maquinaria. Ao mesmo tempo, leis [1] como «Os Direitos Banais» (era proibida aos camponeses a construção de instrumentos fixos para a produção agrícola) e «Os Morgados» (a propriedade era transmitida ao filho mais velho sem divisões) [1] contribuíram para a perpetuação da economia rural.

Os impostos aumentaram, o nível de vida diminuiu e o povo, especialmente as classes trabalhadoras em Lisboa e no Porto, viu a sua vida piorar.

Apesar da perda do Brasil, que se tornou independente em 1822, Portugal continuou a exploração colonial, começando agora nos territórios africanos. Foi no fim do século XIX e no princípio do século XX que a exploração capitalista nas colónias de África começou. Em 1908 foi anunciada a constituição de 47 companhias com uma distribuição de capital entre Portugal, Inglaterra, França e Alemanha.

Todas as crises devidas à má administração da Monarquia levaram ao crescimento do Partido Republicano, que era apoiado pela burguesia liberal. As classes mais ricas sonhavam com um poderoso país capitalista, tal como a Grã-Bretanha. O Partido Republicano aproveitava todos os factos negativos da administração monárquica para propagar a ideia de uma nova pátria. É através deste carácter populista que recebe o apoio de uma parte do povo. O Partido Republicano aproveitou o Ultimato para lançar uma grande campanha de «salvação nacional». Ao mesmo tempo tornaram-se públicos alguns escândalos do governo monárquico e, por último, surgiu a ditadura de João Franco. Deve, porém, ficar claro que a crítica da Monarquia não era qualquer espécie de crítica de classe social, mas a de um regime administrativo.

Pode-se dizer que o movimento operário começou relativamente cedo em Portugal, se tivermos em conta o carácter rural da economia, com uma predominância de pequenos proprietários. Apenas no Alentejo e no Ribatejo predominava a grande propriedade, com a maioria da população rural constituída por assalariados. As organizações de trabalhadores ocorreram entre os trabalhadores industriais e agrícolas do Sul. Em 1875 foi fundado o Partido Socialista e em 1876 os anarquistas controlavam 30 associações operárias.

---

[1] A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.

O Partido Republicano, através de formas demagógicas, injuriava o movimento operário. Começou a espalhar a sua actividade pelas vilas, através de bons oradores que prometiam melhorias sociais, especialmente a diminuição de impostos, ao mesmo tempo que desenvolvia uma campanha contra o Partido Socialista.

Os trabalhadores acreditavam de tal modo na República que os movimentos anarquistas produziram as bombas de que a burguesia necessitava para a revolta, apesar de esclarecerem que esta união era somente para derrubar a Monarquia, na medida em que em seguida continuariam a luta contra o capitalismo. Veio então o 5 de Outubro de 1910, que anunciou um sistema «novo», a República, em lugar da Monarquia. Pode-se chamar a este acontecimento uma revolta militar populista.

Foi uma revolta militar porque foram parte das forças militares, com preponderância para a marinha, que tomaram o poder. Fora de Lisboa não houve quase violência e a vida pública decorreu normalmente.

Foi populista na medida em que a população de Lisboa apoiou a revolta. Algumas forças operárias ajudaram a assaltar um regimento, mas a maior parte do povo prestou apenas «apoio moral». Não foi o povo que dirigiu a revolta e nas vilas e áreas rurais limitou-se a receber a notícia, ao mesmo tempo que os funcionários públicos eram mudados.

Nestes novos funcionários públicos pôs o povo as suas esperanças de melhores dias.

Mas foi uma mudança estrutural na sociedade portuguesa que se operou, ou apenas uma mudança na superstrutura?

Esta questão será examinada no próximo capítulo.

## 2. Evolução entre 1910 e 1926

### *a) Demografia*

A população portuguesa, que em 1890 era de cerca de 5 milhões, aumentou para 5,9 milhões em 1911 e para cerca de 6 milhões em 1920. O pequeno crescimento entre 1911 e 1920 foi devido a três principais factores: emigração, pneumónica e guerra. Se olharmos para os números das taxas de natalidade e de mortalidade, verifica-se a existência de cifras elevadas. A mortalidade infantil foi especialmente grande, tendo a sua taxa aumentado imenso, o que mostra quão deficiente era a saúde pública, característica típica de um país rural.

A população trabalhadora, que constituía 48 % do total em 1900, desceu para 44 % em 1911, mas tornou a subir para 47 % em 1920. Entre as mulheres, a população trabalhadora manteve o nível constante de 25 %.

A distribuição geográfica da população mostra-nos a concentração relativa nas duas principais cidades e uma predominância na costa ocidental. Lisboa tinha 7,2 % do total em 1911, 8 % em 1920 e 8,7 % em 1930. Os distritos ocidentais de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal constituíam 53 % do total da população, em 33 % da área total do País. Estes números são particularmente elevados se considerarmos o carácter rural da economia.

Quando se analisa a distribuição da força de trabalho nos diferentes sectores da economia, verifica-se que na indústria (incluindo artesanato e pequenas oficinas) trabalhavam 21 % do total dos trabalhadores em

**Taxas de natalidade, mortalidade e mortalidade infantil (por 1000 habitantes)**

[QUADRO N.º 1]

| Ano | Nascimentos | Óbitos | Mortalidade infantil |
|---|---|---|---|
| 1900 ... ... ... ... ... ... ... | 30,47 | 20,34 | 10 |
| 1901 ... ... ... ... ... ... ... | 31,23 | 20,86 | 10 |
| 1902 ... ... ... ... ... ... ... | 31,88 | 19,63 | 16 |
| 1903 ... ... ... ... ... ... ... | 32,88 | 20,05 | 16,6 |
| 1904 ... ... ... ... ... ... ... | 31,45 | 18,70 | 16,6 |
| 1905 ... ... ... ... ... ... ... | 32,00 | 19,91 | 16,5 |
| 1906 ... ... ... ... ... ... ... | 32,00 | 21,91 | 15,7 |
| 1907 ... ... ... ... ... ... ... | 30,50 | 19,65 | 15,5 |
| 1908 ... ... ... ... ... ... ... | 30,15 | 19,93 | 14,9 |
| 1909 ... ... ... ... ... ... ... | 29,85 | 19,18 | 15,4 |
| 1910 ... ... ... ... ... ... ... | 31,63 | 19,14 | 14,6 |
| 1911 ... ... ... ... ... ... ... | 38,60 | 21,96 | 22,4 |
| 1912 ... ... ... ... ... ... ... | 34,59 | 19,90 | 36,2 |
| 1913 ... ... ... ... ... ... ... | 32,98 | 20,59 | 39,5 |
| 1914 ... ... ... ... ... ... ... | 31,76 | 19,32 | 42,3 |
| 1915 ... ... ... ... ... ... ... | 31,89 | 19,93 | 42,3 |
| 1916 ... ... ... ... ... ... ... | 31,11 | 20,83 | 42,3 |
| 1917 ... ... ... ... ... ... ... | 30,45 | 21,54 | 41,8 |
| 1918 ... ... ... ... ... ... ... | 28,79 | 40,18 | 46,5 |
| 1919 ... ... ... ... ... ... ... | 27,61 | 24,20 | 42,8 |
| 1920 ... ... ... ... ... ... ... | 34,06 | 23,90 | 43,9 |

Fonte: *Anuário Estatístico*.

1900, 22 % em 1910 e 24 % em 1920. Aos sectores primários dedicava-se a maioria dos trabalhadores, de tal modo que, dos 66 % em 1900, apenas se passou para 57 % em 1926. O resto da população trabalhadora distribuía-se pela administração pública, serviços e profissões liberais. É também importante notar o aumento dos que não trabalhavam, mas que viviam dos rendimentos: de 1,1 % em 1900 para 3,1 % em 1920.

*b) Emigração*

Os números sobre o fluxo migratório são sempre um bom indicador do nível de vida, do desenvolvimento económico ou das injustiças sociais em determinada região. É assim que a tabela seguinte nos dá uma boa ideia da situação no Portugal da Primeira República.

Mas é necessário analisar de um modo mais profundo o significado destes números. Considerando a origem dos emigrantes, constata-se que era precisamente nas províncias rurais do Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Douro e Beira Litoral, onde os pequenos proprietários predominam, que a taxa de emigração era mais elevada. Embora os emigrantes constituíssem uma média anual de 1,5 % da força de trabalho em todo o país, havia regiões onde essa taxa atingia 2,6 %.

O destino dos emigrantes era principalmente o Brasil, de tal modo que antes da primeira guerra mundial contava com 80 %-90 % do total, mas nos anos 20 já só atingia 50 %-60 %. Os Estados Unidos da América absorveram 15 %-20 %, com uma ligeira subida posteriormente, nos anos

**Emigração em Portugal entre 1906 e 1925**

[QUADRO N.º 2]

| Anos | Número de emigrantes | Anos | Número de emigrantes |
|---|---|---|---|
| 1906 ... ... ... ... ... | 38 093 | 1916 ... ... ... ... ... | 24 879 |
| 1907 ... ... ... ... ... | 41 950 | 1917 ... ... ... ... ... | 15 689 |
| 1908 ... ... ... ... ... | 40 145 | 1918 ... ... ... ... ... | 11 853 |
| 1909 ... ... ... ... ... | 38 243 | 1919 ... ... ... ... ... | 37 138 |
| 1910 ... ... ... ... ... | 39 502 | 1920 ... ... ... ... ... | 64 783 |
| 1911 ... ... ... ... ... | 59 652 | 1921 ... ... ... ... ... | 24 597 |
| 1912 ... ... ... ... ... | 88 920 | 1922 ... ... ... ... ... | 39 595 |
| 1913 ... ... ... ... ... | 77 633 | 1923 ... ... ... ... ... | 40 171 |
| 1914 ... ... ... ... ... | 25 722 | 1924 ... ... ... ... ... | 29 710 |
| 1915 ... ... ... ... ... | 19 314 | 1925 ... ... ... ... ... | 22 884 |

Fonte: *Anuário Estatístico*.

20. Os E. U. A. constituíam assim o segundo objectivo dos emigrantes portugueses. Depois da guerra, a Argentina e a Venezuela ganharam emigrantes com a descida no Brasil.

Qualitativamente temos a seguinte imagem:

**Percentagem de analfabetismo e de homens entre os emigrantes**

[QUADRO N.º 3]

| Ano | Percentagem de analfabetos | Percentagem de homens | Ano | Percentagem de analfabetos | Percentagem de homens |
|---|---|---|---|---|---|
| 1906 ... ... ... | 56 | 74 | 1917 ... ... ... | 47 | 54 |
| 1907 ... ... ... | 58 | 75 | 1918 ... ... ... | 40 | 80 |
| 1908 ... ... ... | 60 | 76 | 1919 ... ... ... | 37 | 80 |
| 1909 ... ... ... | 59 | 74 | 1920 ... ... ... | 34 | 80 |
| 1910 ... ... ... | 57 | 75 | 1921 ... ... ... | 38 | 63 |
| 1915 ... ... ... | 58 | 60 | 1922 ... ... ... | 46 | 80 |
| 1916 ... ... ... | 59 | 51 | 1923 ... ... ... | 46 | 80 |

Fonte: *Anuário Estatístico*.

Podemos analisar esta tabela de duas perspectivas. Através dos elevados números da percentagem de analfabetos podemos concluir da sua origem de áreas rurais, dado que o analfabetismo nas cidades atingia números inferiores. Em todo o caso, a percentagem de analfabetos entre emigrantes decresceu, depois da guerra, num ritmo mais elevado que a taxa geral de analfabetismo, o que pode indicar uma alteração qualitativa dos emigrantes. Significa isto que Portugal estava a perder os trabalhadores mais qualificados.

A segunda perspectiva é a de que os emigrantes teriam a intenção de voltar como homens ricos, comprar novas propriedades e tornar-se camponeses «médios» ou mesmo ricos proprietários. E isto porque a percentagem de homens é muito elevada. Evidentemente que muitos eram solteiros, e portanto as considerações anteriores não devem ser sobrevalorizadas.

*c) Cultura e escolaridade*

O nível de desenvolvimento humano é essencialmente caracterizado pelo grau de educação popular. A situação no tempo da Monarquia não era brilhante, dado que a taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 7 anos diminuiu de 73 % em 1900 para 69 % em 1910.

O governo republicano fez novas tentativas no desenvolvimento educacional, de tal modo que foi criada a primeira escola de enfermagem em 1911, enquanto a educação oficial e livre foi instituída, para todas as crianças, através de um decreto. As 5500 escolas primárias que existiam em 1910 subiram para 6500 em 1916, 6900 em 1920 e cerca de 7000 em 1925. Foi introduzido um novo método de ensino, pelo qual o aluno aprendia, não através do esforço da memória, mas através da vontade própria em aprender. Foram também criadas as escolas superiores primárias, que aumentariam o nível educacional. Todas estas medidas foram abolidas, mais tarde, pelo regime fascista. Mas, na realidade, não foram atingidos resultados muito significativos. A taxa de analfabetismo apenas diminuiu de 69 % em 1910 para 64 % em 1920. O Governo explicou esta parca diminuição com a falta de professores e outras dificuldades financeiras.

Contudo, uma quantidade de reformas pedagógicas foram introduzidas no ensino secundário e a escolaridade entre as crianças com idade compreendida entre 10 e 18 anos subiu de 0,8 % em 1910 para 1,5 % em 1917 e 2 % em 1925. O número de professores do ensino secundário parecia bastante, pois a taxa de alunos por professor manteve-se constante: de 17 em 1913 para 16 em 1923.

Nas escolas superiores verificou-se um aumento de alunos de 3223 em 1911 para 4227 em 1923, nos quais a participação dos estudantes de cursos técnicos foi respectivamente de 545 e 796. «Para quê mais estudantes», se não havia mais actividades produtivas significativas? De qualquer modo, novas reformas foram introduzidas e criadas novas escolas.

Se analisarmos a situação da mulher, ainda mais baixas cifras encontraremos, tendo-se, durante este período, a relação qualitativa homem-mulher mantido constante. A taxa de analfabetismo entre as mulheres com mais de 7 anos, que era de 71 % em 1910, apenas decresceu para 61 % em 1920, enquanto os mesmos números para a população masculina eram de 68 % e 57 %, respectivamente. No ensino secundário, a escolaridade das crianças do sexo feminino entre os 10 e os 18 anos de idade era 0,2 % em 1910 e 0,8 % em 1930. A percentagem de homens na universidade apenas diminuiu de 95 % em 1911 para 94 % em 1925.

Mas foi fora do sistema de educação oficial que surgiram os mais importantes progressos. As actividades culturais em geral intensificaram-se através de discussões livres e outras manifestações populares baseadas em associações livres. Em 1912 foram fundadas as chamadas Universidades Livres e em 1913 as Universidades Populares, abertas ao público e onde os trabalhadores participaram activamente [2]. O número de jornais aumentou de 450 em 1908 para 600 em 1923. Este aumento foi especialmente devido ao aumento de jornais políticos, de tal modo que observadores estrangeiros chamaram a Portugal «escola de democracia».

---

[2] *Dicionário de História de Portugal.*

*d) Sectores produtivos*

Se considerarmos a evolução porcentual da força de trabalho nos diferentes sectores económicos, descobriremos facilmente que a estrutura social permaneceu imutável. Em 1900, 21 % da força de trabalho era empregada na indústria, mas em 1910 este número apenas aumentou para 23,6 % e em 1930 só 25 % era incluída neste sector. Devemos também ter em atenção que o sector industrial tinha uma definição muito mais ampla do que hoje. Artesãos e pequenas oficinas eram incluídos, assim como outros trabalhadores não empregados em fábricas.

O nível da força de trabalho na agricultura, que era de 66 % em 1900 e 62,4 % em 1910, conservou-se em cerca de 60 % em 1925. Se compararmos o nível da força de trabalho entre mulheres e homens, veremos que, enquanto 48 % da população masculina trabalhava, apenas 25 % da população feminina tinha uma ocupação profissional. Estes números conservaram-se mais ou menos estáveis durante este período.

Vejamos agora o que acontecia nos meios de produção e sua evolução. O desenvolvimento do sector agrícola num país subdesenvolvido é sempre o primeiro passo em direcção ao desenvolvimento global. Portugal podia ser considerado dividido em duas regiões. No Sul (Alentejo e Ribatejo), a propriedade não estava dividida. Grandes propriedades pertenciam a monopólios (caso do Ribatejo) ou a senhores feudais que viviam em Lisboa. O Norte era dominado por pequenos proprietários, que impediam qualquer espécie de planeamento ou de cooperação. A maior parte da emigração tinha origem nesta zona.

Somente em 1925 dois acontecimentos relevantes ocorreram neste sector. Um foi uma proposta no Parlamento para uma nova Lei Rural [3]. Resumidamente, podemos dizer que era uma medida de tipo intervencionista, que resolveria o problema rural através do *contrôle* estatal da propriedade privada («único caminho possível», como foi dito), para efectivar a distribuição da terra e aumentar a produção. Mas o governo que fez a proposição caiu e outro mais reaccionário recusou-a.

**Produção agrícola**

[QUADRO N.º 4]

| Ano | Produção anual | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1000 l | | | | | Toneladas | |
| | Milho | Trigo | Aveia | Azeite | Vinho | Arroz | Batatas |
| 1910 ... ... ... ... | — | 350 000 | — | — | — | — | — |
| 1913 ... ... ... ... | — | 200 000 | — | — | — | — | — |
| 1916 ... ... ... ... | 351 200 | 258 878 | 119 635 | 29 070 | 413 148 | 20 599 | 161 179 |
| 1918 ... ... ... ... | 314 002 | 335 683 | 143 996 | 30 018 | 393 016 | 23 261 | 143 372 |
| 1920 ... ... ... ... | 393 808 | 363 432 | 193 905 | 31 057 | 338 252 | 23 699 | 169 239 |
| 1922 ... ... ... ... | 391 914 | 350 548 | 183 574 | 32 218 | 579 360 | 20 457 | 180 380 |
| 1924 ... ... ... ... | 391 617 | 370 000 | 198 229 | 43 848 | 513 839 | 18 254 | 193 415 |

Fonte: *Anuário Estatístico*.

[3] *A Primeira República Portuguesa.*

O outro acontecimento foi a aprovação do programa da secção dos trabalhadores agrícolas na Central Sindical [4], que previa a socialização da terra e do gado. A terra seria tomada por vário concelho. A administração e a decisão sobre a produção seriam assumidas pela Central Sindical em conjunto com pessoas especializadas. Mas a maioria do Parlamento recusou tal proposta.

A produção no sector primário conservou-se no mesmo nível. No quadro n.º 4 podemos observar a evolução do nível produtivo no sector agrícola.

A produção no sector primário conservou-se no mesmo nível. No qua- constatar no quadro n.º 5:

**Produção mineira**

[QUADRO N.º 5]

| | Ano | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1911 | 1913 | 1915 | 1920 | 1921 | 1922 | 1924 |
| Produção em toneladas ... ... | 316,4 | 482,7 | 261,0 | 196,6 | 405,7 | 365,4 | 365,9 |

Fonte: *Anuário Estatístico*.

Portugal foi sempre um país com grande número de pescadores. O número de barcos de pesca aumentou neste período, de tal modo que em 1915 o potencial nacional, em toneladas, era de 10 414 e em 1924 atingia 19 402. O valor da produção (a preços fixos) aumentou de uma base 100 em 1913 para um índice de 177 em 1924. E, se considerarmos que o número de pescadores não aumentou, podemos concluir que houve um considerável aumento de produtividade.

Qual a situação no sector industrial? Já anteriormente foi aqui referida a baixa percentagem de força de trabalho na indústria. Assim, a indústria portuguesa, com uma fraca estrutura, dependia do capital estrangeiro, principalmente do inglês. Em 1910, os têxteis constituíam a principal actividade industrial, mas não tinham grande peso no valor das exportações. Os têxteis desenvolveram-se durante o período de 1910-26, de tal modo que em 1914 havia 40 000 trabalhadores no sector e 60 000 em 1930. Outro desenvolvimento importante verificou-se no sector das indústrias conserveiras, que ocupavam o segundo lugar nas exportações. As indústrias de tabacos eram um monopólio com 70 % de capital estrangeiro, especialmente francês, e obtiveram uma concessão do Estado para a exploração entre 1904 e 1924, a uma taxa fixa. A inflação fez que o Estado perdesse imenso dinheiro. Em 1926, o Governo tentou tomar conta deste próspero negócio, mas foi o governo fascista que veio a resolver o problema de outro modo.

Foram implantadas algumas indústrias modernas, como foi o caso das indústrias químicas no Barreiro e duma fábrica de cimentos em Leiria.

Além desta falta quantitativa, outra característica dominava a indústria portuguesa, especialmente se tomarmos em conta o desenvolvimento

[4] *Programa Sindicalista.*

de outros países europeus na altura: era a falta de inovações tecnológicas. O nível de novo investimento não só era baixo, como também não criava indústrias modernas (excepto os casos apontados).

Mas devemos caracterizar o aspecto principal da situação industrial durante este período pela concentração geográfica e predominância do artesanato. A concentração deu-se ao longo da costa ocidental, em geral, e em Lisboa e Porto, em especial. O artesanato dominava, não só nas áreas rurais, mas também na própria Lisboa. Os números dão-nos uma imagem bastante clara. Em algumas províncias, o artesanato contribuía com 100 % para a produção industrial na região, e mesmo numa região da costa ocidental esta proporção atingia 80 %.

Relacionado com este problema, pode ser também apontado o facto da falta de indústrias básicas, o que se pode observar na estrutura das exportações-importações, na próxima alínea. Esta falta de indústrias básicas tornava Portugal bastante dependente das potências estrangeiras. Para além da tradicional dependência da Inglaterra, e com o desenvolvimento do capitalismo, outros países passaram a ter um papel importante no jugo económico sobre Portugal, nomeadamente a França, a Alemanha e a Bélgica.

Resumidamente, podemos dizer que o Portugal de então era um país subdesenvolvido, contendo esta classificação o significado de uma economia estruturalmente rural, dependente de sectores primários, com uma insignificante e não produtiva produção industrial e uma larga percentagem da população dependendo de uma economia de subsistência.

Para finalizar esta alínea, apresento uma tabela com a distribuição da população trabalhadora pelos sectores I (agricultura e pesca), II (indústria e minas) e III (serviços e outras actividades) e a sua evolução entre 1900 e 1920:

**Distribuição porcentual da população trabalhadora**

[QUADRO N.º 6]

| Ano | I | II | III |
|---|---|---|---|
| 1900 ... ... ... ... ... ... | 66 | 21 | 13 |
| 1910 ... ... ... ... ... ... | 62 | 22 | 16 |
| 1920 ... ... ... ... ... ... | 57 | 24 | 19 |

*e) Comércio*

Devido às relações de produção pré-capitalistas com a maior parte da população dependente dum sector de subsistência, descobrimos um mercado interno subdesenvolvido.

O comércio com países estrangeiros dá-nos uma boa imagem do Portugal republicano. O quadro n.º 7 apresenta a evolução do défice da balança comercial a preços fixos (1913):

**Défice da balança comercial**

[QUADRO N.º 7]

| | Ano | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1913 | 1915 | 1917 | 1919 | 1920 | 1921 | 1922 | 1923 | 1924 |
| Valor em 1000 escudos . ... ... | 53,6 | 38,7 | 54,4 | 39,5 | 91,9 | 86,4 | 71,3 | 79,8 | 79,4 |

Este défice constante causou uma série de complicações na moeda nacional e uma situação financeira caótica.

A estrutura das importações, em que 45 % eram matérias-primas e 10 %-15 % era maquinaria, mostra-nos a fraqueza das indústrias básicas. Numa análise qualitativa das importações verifica-se que os cereais ocupavam um lugar significativo. O quadro n.º 8 mostra-nos a quantidade de trigo importado, que representa uma soma bastante elevada, se tivermos em consideração a produção nacional.

**Quantidade de trigo importado (1000 l)**

[QUADRO N.º 8]

| Ano | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1910 | 1913 | 1915 | 1916 | 1918 | 1919 | 1921 | 1923 |
| 98 560 | 216 320 | 158 720 | 252 960 | 55 296 | 143 616 | 223 128 | 210 000 |

Do lado das exportações verificamos que 70 % eram constituídos por produtos alimentares, número que se manteve estável em todo o período. Entretanto, a Inglaterra absorvia 70 % das nossas exportações, cifra que dispensa comentários.

*f) As infra-estruturas*

Os caminhos-de-ferro começaram a desenvolver-se no princípio do século, continuando a sua expansão no tempo da República. Em 1917, a rede nacional era constituída por 2577 km e em 1923 por 3224 km. Apenas 40 % eram propriedade do Estado e as empresas privadas eram dominadas por capital estrangeiro.

As estradas foram «esquecidas» em todo este período, apesar de se ter verificado um pequeno aumento na rede nacional, de 11 000 km para 13 000 km, entre 1910 e 1920. Depois da primeira guerra mundial houve um rápido aumento do número de automóveis em circulação. Em 1916 havia 3211 automóveis, o que representava 1 automóvel para 1692 habitantes e colocava Portugal a meio da escala europeia, antes da Áustria, da Espanha, da Rússia, etc. Este número aumentou para 6500 em 1924 e em 1926 já existiam 130 carreiras de autocarros.

Os portos estavam muito mal equipados, o que não permitia o crescimento da marinha mercante. O único crescimento notável deu-se quando 70 navios alemães, que se encontravam em portos portugueses, foram apri-

sionados durante a guerra, o que fez aumentar a frota comercial de 70 000 t para 315 000 t num só dia.

Os telégrafos e os telefones aumentaram consideravelmente, de tal modo que em 1927 havia 4 vezes mais telefones do que em 1924. Isto foi devido ao crescimento da empresa privada de capital inglês, que tinha o monopólio nas regiões de Lisboa e Porto. No quadro n.º 9 podemos fazer uma comparação do serviço postal em vários países europeus em 1888 e 1919:

**Número de habitantes por estação de correio**

[QUADRO N.º 9]

| 1888 | | 1919 | |
|---|---|---|---|
| Países | Número de habitantes | Países | Número de habitantes |
| Suíça ... ... ... ... ... | 985 | Noruega ... ... ... ... | 686 |
| Noruega ... ... ... ... | 2054 | Suíça ... ... ... ... ... | 962 |
| Holanda ... ... ... ... | 3150 | Portugal ... ... ... ... | 1406 |
| Dinamarca ... ... ... ... | 3518 | Alemanha ... ... ... ... | 1585 |
| Alemanha ... ... ... ... | 4071 | Suécia ... ... ... ... ... | 1699 |
| Portugal ... ... ... ... | 5039 | Dinamarca ... ... ... ... | 2353 |
| Bélgica .. ... ... ... ... | 6479 | Holanda ... ... ... ... | 3014 |
| Itália ... ... ... ... ... | 8465 | Bélgica .. ... ... ... ... | 3332 |

*g) Concentração do capital*

A maior parte dos bancos modernos apareceram durante a República. A actividade bancária modificou-se de tal modo que em 1875 o volume dos créditos representava 144,3 % da moeda em circulação e 67,4 % em 1920. O capital e reservas bancárias representavam 92,7 % da moeda em 1875, 50,21 % em 1890 e 34,9 % em 1919. A concentração do capital em bancos aumentou de tal modo que os cinco principais bancos possuíam 36,4 % do capital total bancário em 1875 e 73 % em 1919.

A taxa de crescimento do capital industrial, comparada com a do capital comercial, foi aumentando e, depois da primeira guerra mundial, o valor aplicado em actividades industriais era já superior ao aplicado em actividades comerciais.

O aumento de capital estrangeiro não foi muito significativo, mas ele já estava estabelecido. As minas, os telefones, os meios de transporte, os tabacos e o vinho do Porto eram grandemente dominados pelo capital estrangeiro.

O saldo negativo da balança comercial, conjuntamente com a transferência de capitais para o estrangeiro, contribuiu para uma inflação crescente. O fluxo de capital para o exterior era devido à emigração política da aristocracia, que continuava, no entanto, a receber os seus elevados lucros, que colocava no estrangeiro. Os governos republicanos liberais respeitaram todos os direitos individuais da propriedade dos meios de produção.

A distribuição regional do capital social dá-nos, uma vez mais, uma imagem da concentração geográfica das actividades económicas. A região de Lisboa respondia por 60 %. As regiões de Lisboa e Porto, por 80 %,

enquanto a costa ocidental contava com mais de 90 % do capital social e tinha uma população que representava 53 % do total.

*h) Preços e salários*

A taxa da inflação foi muito elevada, especialmente nos anos a seguir à guerra. Para uma base de 100 em 1914, foi a seguinte a evolução dos preços:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1914 | 100 | 1920 | 511 |
| 1915 | 111 | 1921 | 816 |
| 1916 | 137 | 1922 | 1128 |
| 1917 | 162 | 1923 | 1942 |
| 1918 | 292 | 1924 | 2410 |
| 1919 | 316 | 1925 | 2509 |

A evolução dos salários nos sectores industrial e agrícola verificou-se a nível idêntico. O salário médio diário, nas áreas rurais, era de $60 em 1917 e 8$50 em 1924. O salário nas fábricas era um pouco mais elevado, mas nas oficinas e artesanatos era muitas vezes inferior. O nível de vida permaneceu baixo, como o que existia antes da República. Tanto em 1914 como em 1924, o ordenado diário de um trabalhador não chegava para comprar 1 kg de carne ou 1/2 kg de manteiga. Para comprar 1 l de leite gastava 18 % do salário diário, 12 ovos, 60 %, 1 kg de pão, 30 %, 1 kg de arroz, 40 %, e 1 kg de batatas, 20 %.

*i) A administração do Estado*

O papel do Estado Republicano no sistema económico e social diminuiu constantemente. As receitas evoluíram do seguinte modo:

**Receitas do Estado**

[QUADRO N.º 10]

| Ano | Receitas em 1000 libras | Ano | Receitas em 1000 libras |
|---|---|---|---|
| 1910-11 | 13 599 | 1919-20 | 15 797 |
| 1911-12 | 13 128 | 1920-21 | 8 022 |
| 1912-13 | 14 247 | 1921-22 | 7 772 |
| 1913-14 | 12 728 | 1922-23 | 5 576 |
| 1914-15 | 11 966 | 1923-24 | 6 441 |
| 1915-16 | 11 966 | 1924-25 | 12 063 |
| 1917-18 | 11 384 | 1925-26 | 13 626 |
| 1918-19 | 15 143 | | |

Fonte: *Anuário Estatístico*.

O défice do orçamento foi quase sempre bastante elevado, como se pode verificar no quadro n.º 11.

Embora a taxa de desvalorização da libra não fosse tão elevada como a do escudo, pode-se dizer que o valor do orçamento diminuiu.

**Défice do orçamento**

[QUADRO N.º 11]

| Ano | Défice em libras | Ano | Défice em libras |
|---|---|---|---|
| 1910-11 | 60 | 1919-20 | 6 676 |
| 1911-12 | 1 203 | 1920-21 | 6 612 |
| 1914-15 | 3 992 | 1921-22 | 4 139 |
| 1915-16 | 5 532 | 1922-23 | 5 465 |
| 1916-17 | 6 899 | 1923-24 | 1 864 |
| 1917-18 | 11 043 | 1924-25 | 2 183 |
| 1918-19 | 15 156 | 1925-26 | 1 281 |

Fonte: *Anuário Estatístico*.

Qualitativamente, é significativo que 65 % fosse gasto em despesas burocráticas e nas forças armadas. Durante os anos da guerra, a soma gasta com despesas militares extraordinárias ultrapassou o valor do orçamento ordinário.

Para resolver o problema do défice, o Governo lançou mais moedas em circulação, o que não correspondeu a um aumento das forças produtivas nem do nível de produção e provocou uma diminuição das reservas de ouro e do poder de compra, especialmente no estrangeiro.

*j) O movimento operário*

A classe trabalhadora organizada, que ajudou os republicanos burgueses a tomarem o poder, continuou a exigir e a lutar por melhores condições de vida. Em 1910 trabalhava-se 9 horas e meia por dia. Nas fábricas e oficinas havia muitos acidentes, fumos e outras condições horríveis. A tuberculose era comum. Mas também se exigiam salários mais elevados.

O primeiro congresso sindicalista teve lugar em 1909, com a participação de 20 000 trabalhadores (a força de trabalho industrial atingia 500 000 pessoas). Mas no segundo congresso, em 1911, houve a participação de 36 000 operários.

Entretanto, os camponeses do Alentejo organizaram o primeiro congresso dos trabalhadores rurais em 1912, ao mesmo tempo que uma onda de greves varria aquela província. Numa aldeia, os trabalhadores tomaram o poder, expulsaram os proprietários e dividiram a terra entre eles.

Em 1914 realizou-se em Tomar um novo congresso de trabalhadores, no qual estavam representados 90 000. Foi então criada a União Nacional do Trabalho, a qual foi o primeiro passo para a criação, em 1919, da C. G. T. (Confederação Geral dos Trabalhadores).

Todos estes acontecimentos eram o resultado da actividade de três grupos diferentes: o Partido Socialista, os sindicalistas e os anarquistas. Com a criação da C. G. T., os sindicalistas e os anarquistas uniram-se, formando o Movimento Anarco-Sindicalista, apesar das divergências existentes. O Partido Socialista nunca foi um partido de massas e a sua participação nas eleições dá-nos uma boa imagem dessa fraqueza. Em 1911 tinham 2 lugares num Parlamento de 234 membros, tendo este sido o maior número alcançado. Por um lado, eram criticados pelos anarco-sindicalistas

e, por outro, eram destruídos pelo Partido Republicano, que detinha o *contrôle* dos meios de informação.

A repressão governamental contra o movimento operário foi bastante forte. Em 1911 foi utilizado o exército contra os trabalhadores. Em 1912, a casa sindicalista foi fechada três vezes. O jornal sindicalista foi várias vezes proibido, muitos militantes foram presos e alguns dirigentes deportados.

Em 1921, alguns militantes do Partido Socialista e do Movimento Anarco-Sindicalista fundaram o Partido Comunista Português. Em 1923 aconteceu a primeiro crise dentro do Partido: um grupo de militantes que tinham estado em Moscovo tentou expulsar os elementos anarco-sindicalistas. Este facto provocou bastantes protestos e o Partido foi bastante fraco até 1926.

No quadro n.º 12 verificamos que este período foi particularmente importante para a luta dos trabalhadores, já que o número de greves aumentou:

**Número de greves**

[QUADRO N.º 12]

| Ano | Número de greves | Ano | Número de greves |
|---|---|---|---|
| 1890 | 4 | 1908 | 7 |
| 1891 | 1 | 1909 | 25 |
| 1892 | 1 | 1910 | 35 |
| 1893 | 4 | 1911 | 162 |
| 1894 | 6 | 1912 | 35 |
| 1895 | 6 | 1913 | 19 |
| 1896 | 4 | 1914 | 10 |
| 1897 | 4 | 1915 | 15 |
| 1898 | 3 | 1916 | 7 |
| 1899 | 3 | 1917 | 26 |
| 1900 | 8 | 1918 | 11 |
| 1901 | 3 | 1919 | 21 |
| 1902 | 5 | 1920 | 39 |
| 1903 | 11 | 1921 | 10 |
| 1904 | 4 | 1922 | 22 |
| 1905 | 11 | 1923 | 21 |
| 1906 | 6 | 1924 | 25 |
| 1907 | 11 | 1925 | 10 |

Fonte: *Primeira República Portuguesa* e *O Operariado e a República Democrática*.

Mas, como já foi dito, todos estes movimentos diziam apenas respeito aos operários fabris, cuja maioria se encontrava em Lisboa e no Porto, com excepção dos camponeses do Alentejo. A maioria da população rural (incluo nesta definição os trabalhadores não agrícolas que viviam nas áreas rurais) era uma massa passiva perante a actividade política. Nas eleições de 1881 apenas votou 42 % da população com idade superior a 21 anos. Nas eleições de 1915 esta percentagem foi somente de 20 %.

No quadro n.º 13 temos uma imagem qualitativa do Parlamento, o que nos permite ver o papel das classes trabalhadoras no órgão superior da Nação.

**Parlamentares eleitos em 1911**

[QUADRO N.º 13]

| Profissão dos deputados | Número | Profissão dos deputados | Número |
|---|---|---|---|
| Médicos | 52 | Negociantes | 4 |
| Advogados | 33 | Solicitadores | 3 |
| Oficiais do exército | 45 | Empregados de comércio | 2 |
| Proprietários | 19 | Estudantes | 2 |
| Professores | 18 | Padres | 2 |
| Jornalistas | 10 | Barbeiros | 1 |
| Juízes | 7 | Operários | 1 |
| Engenheiros | 5 | Polícias | 1 |
| Farmacêuticos | 4 | Directores de banco | 1 |
| Industriais | 4 | | |

Fonte: *Primeira República Portuguesa.*

## *l) Portugal e as colónias*

A colonização da África começou nos últimos anos da Monarquia e continuou de tal modo que podemos afirmar que a República Democrática iniciou a exploração que o regime fascista continuou.

O Ministério das Colónias foi criado e uma série de novas leis foram aprovadas pela Assembleia Nacional. Tal como o regime fascista posteriormente, o governo republicano considerou que os territórios das colónias eram parte integrante de Portugal, mas os Africanos não tinham direitos políticos.

Os investimentos nas colónias sofreram um rápido aumento, com relevância para os estrangeiros. Entre eles temos a DIAMANG (1917), os Caminhos-de-Ferro de Benguela (1924) e os Caminhos-de-Ferro de Moçambique (1912 e 1922).

Em 1925 operavam nas colónias 65 sociedades bastante capitalizadas, ao mesmo tempo que era feita uma quantidade de concessões para a exploração das matérias-primas e dos produtos agrícolas.

O comércio entre Portugal e as colónias aumentou, sendo o valor das exportações sempre mais elevado. O quadro n.º 14 dá-nos o valor das importações e exportações entre Portugal e as colónias, em milhares de escudos:

**Comércio de Portugal com as colónias**

[QUADRO N.º 14]

| Ano | Exportações | Importações | Saldo |
|---|---|---|---|
| 1896 | 3 428 | 1 216 | + 2 212 |
| 1900 | 5 943 | 1 704 | + 4 239 |
| 1910 | 6 812 | 2 615 | + 4 197 |
| 1920 | 31 519 | 23 519 | + 8 000 |

Fonte: *Anuário Estatístico.*

Outro aspecto interessante é a verificação do peso do comércio português com as colónias comparado com o total, o que se pode ver no quadro n.º 15:

**Percentagem do comércio com as colónias**

[QUADRO N.º 15]

| Ano | Importações | Exportações |
|---|---|---|
| 1896 ... ... ... ... ... ... | 2,9 | 11,5 |
| 1900 ... ... ... ... ... ... | 2,8 | 18,2 |
| 1910 ... ... ... ... ... ... | 3,7 | 18,7 |
| 1920 ... ... ... ... ... ... | 3,8 | 14,1 |

Fonte: *Primeira República Portuguesa,* comparado com *Anuário Estatístico.*

Sob uma perspectiva qualitativa, pode-se dizer que o comércio era o resultado da existência de um sector industrial menos capitalizado. 70 % das exportações para as colónias eram compostas por vinhos e tecidos de algodão. As importações eram constituídas essencialmente por matérias-primas e produtos agrícolas, como açúcar, café, etc.

Mas não foi o capitalismo português que apanhou a maior parte da exploração colonial. Assim, verificamos que as exportações portuguesas constituíam 90 % do total das exportações para as colónias no ano de 1910, número que decresceu para 75 % em 1913 e 50 % em 1923. Evolução semelhante se deu no campo das importações [5].

Todas as tentativas de Norton de Matos para o «desenvolvimento» e a «igualdade social» eram, na realidade, uma política para o desenvolvimento das infra-estruturas necessárias à exploração dos territórios. Talvez fosse a tentativa de criar um «mundo português» com territórios mais independentes. Mas esta tentativa de construção dum capitalismo português poderoso falhou e a história desenvolveu-se noutro sentido.

## 3. Causas do golpe fascista

O crescimento do fascismo, devido a algumas crises socieconómicas originadas pela guerra, foi um fenómeno «europeu». Em Portugal, quase nenhuma classe social estava satisfeita com a sua situação social. A situação financeira encontrava-se num caos. Os preços aumentavam continuamente. Os partidos republicanos, divididos, não eram suficientemente fortes para conservar o poder político. Os grupos mais conservadores tinham deixado de acreditar na democracia. Os liberais estavam enfraquecidos. A burguesia nacional necessitava de um novo poder forte para controlar o Estado e as classes trabalhadoras não tinham força para o fazer. O povo estava cansado e esperava por algo novo, tal como no tempo da revolução republicana. O facto de o povo em geral não estar ligado à política e o baixo nível de vida foram as principais causas que permitiram a aceitação inicial do golpe fascista.

[5] Fortunato de Almeida. *Portugal e Colónias.*

Não houve praticamente luta e Gomes da Costa chegou a Lisboa sem grandes problemas.

Os grupos monárquicos tentaram vários contragolpes depois de 1910. Mas, dado o insucesso, mudaram de táctica depois de 1919, aliando-se com os blocos mais conservadores no Parlamento e no exército, com o fim de alcançarem o poder de uma forma mais realista.

A luta já não era entre Monarquia e República, mas, como sempre, entre a classe burguesa e as classes trabalhadoras, em primeiro plano, e entre liberais e conservadores, em segundo plano.

## 4. Conclusão

A revolução republicana foi, no início, a união de diferentes forças políticas que esperavam alcançar o seu objectivo através de uma «nova ordem» sociopolítica.

A burguesia acreditava nos liberais para a construção de um «Portugal novo» e outra vez poderoso. Era necessário libertar a economia portuguesa da sua dependência em relação à Inglaterra e virarmo-nos finalmente para as colónias, a fim de obter a necessária acumulação de capital. Mas o Estado Republicano falhou nos seus intentos. Permitiu a fuga de capitais e não foi capaz de explorar as colónias sem a ajuda do capital internacional, o que aumentou a dependência económica. Capitais estrangeiros controlavam sectores importantes da economia. A colaboração com as «forças aliadas» numa guerra sem significado para Portugal foi justificada através da secular aliança luso-britânica. Veja-se que só no ano fiscal de 1918-19 a despesa de Portugal com a guerra foi superior ao défice do Orçamento.

Talvez, porém, não fosse a burguesia que ficasse mais desapontada com a revolução republicana. O povo «pacífico e silencioso» continuou a emigrar, o que mostra a falta de esperança ou de perspectiva para ver resolvidos os seus problemas mais prementes, assim como o seu divórcio dos movimentos políticos. Também as classes trabalhadoras conscientes e organizadas teriam ficado surpreendidas, apesar do aviso prévio de que a participação na revolução deveria ser encarada de um ponto de vista táctico, para prosseguir na luta e conseguir benefícios imediatos para os trabalhadores. A repressão decidida e brutal tê-los-ia apanhado de «surpresa». Por outro lado, penso que não foi a «má organização» dos anarco-sindicalistas a responsável pela fraqueza das classes trabalhadoras, como muitos comunistas alegam. Pelo contrário, a C. G. T. formou-se em 1919, declararam-se muitas greves e havia uma relativamente grande distribuição de jornais políticos.

Portugal permaneceu rural, subdesenvolvido, com relações de produção pré-capitalistas e um sector primitivo dominando a maior parte da economia e no qual o pequeno camponês tinha um papel importante.

A história ensina-nos que os diferentes interesses das classes trabalhadoras, da pequena burguesia e de alguma média burguesia devem estar unidos, a fim de se ultrapassarem as principais dificuldades económico-sociais num país com uma tal estrutura.

O golpe fascista não necessitou de empregar violência para conquistar o poder político. Não existiu, praticamente, oposição popular. Pelo contrário, em muitos casos, as forças fascistas foram aplaudidas na sua marcha sobre Lisboa, onde encontraram mais aceitação do que oposição.

É claro que a situação internacional ajudou na construção do Estado Novo, como foi o caso da Alemanha, da Itália e da Espanha.

De qualquer modo, e apesar de todas as críticas, foi uma experiência única na história portuguesa. Se não se pode chamar progressiva à Primeira República Portuguesa e se os principais problemas económicos e sociais ficaram por resolver, não se pode ser louco e dizer que a experiência não foi importante. Foi um treino para o desenvolvimento democrático e a diferença entre Portugal e os outros países europeus não era tão grande como é hoje [6]. Não podemos olhar para a República com a mentalidade dos anos 70, nem com os conhecimentos históricos e económicos de hoje, se quisermos fazer um juízo objectivo.

## BIBLIOGRAFIA


*Anuário Estatístico Português* de 1908 a 1926.
CASTRO, Armando de: *A Economia Portuguesa*, 1910-26.
MARQUES, Oliveira: *A Primeira República Portuguesa.*
OLIVEIRA, César: *O Operariado e a República Democrática.*
*Discursos Parlamentares de Afonso Costa.*
*A História do Partido Socialista.*
*Dicionário de História de Portugal.*
SALAZAR, A. de O., *Discursos e Notas Políticas.*


[6] Não esquecer que este trabalho foi escrito em 1973-74.